



ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

Vol. IX (2008)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

Dimensões da castelologia portuguesa no Norte de África entre Quatrocentos e meados de Quinhentos

Jorge Correia 

Como Citar | How to Cite

Correia, Jorge. 2008. «Dimensões da castelologia portuguesa no Norte de África entre Quatrocentos e meados de Quinhentos». *Anais de História de Além-Mar* IX: 9-36.
<https://doi.org/10.57759/aham2008.37362>.

Editor | Publisher

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores
Av.^a de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

Copyright

© O(s) Autor(es), 2008. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2008. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).
The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

DIMENSÕES DA CASTELOLOGIA PORTUGUESA NO NORTE DE ÁFRICA ENTRE QUATROCENTOS E MEADOS DE QUINHENTOS*

por
JORGE CORREIA**

1. Considerações gerais

Quase nove décadas passaram desde que Vergílio Correia escreveu «É necessário ir a Safim para conhecer uma fortificação manuelina!»¹. Este reconhecimento funcionou como uma constatação inabalável até ao presente, registando-se a escassez de estudos sobre a temática. De facto, apesar das ciências históricas terem evoluído no sentido de valorizarem a articulação das várias ciências sociais, buscando nos aspectos económico-sociais e culturais uma visão crítica para além da cronologia política, as referências à arquitectura construída pelos portugueses no Norte de África quedavam-se por meras citações de acontecimentos, de fácil comprovação através dos vestígios sobreviventes, falhando na caracterização concreta dos fenómenos envolvidos. A par de Correia, salva-se o estudo de Évin, precursor no estabelecimento de séries ou invariantes, porém pouco vocacionado para a arquitectura militar².

* Este artigo tem por base a nossa tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em Julho de 2006, intitulada «Implantação da cidade portuguesa no Norte de África: da tomada de Ceuta a meados do século XVI» e orientada pelos Professores Alexandre Alves Costa e Rafael Moreira. O enfoque principal da tese residia nos aspectos urbanos da ocupação portuguesa no Magrebe, muito embora tais não se possam dissociar de uma expressão formal militar no território. Por conseguinte, com este artigo pretende-se contribuir para um destaque e actualização do conhecimento destas realidades da(s) arquitectura(s) militar(es) até ao advento da modernidade.

** CHAM Centro de História de Além-Mar; EA.UM Escola de Arquitectura da Universidade do Minho.

¹ Vergílio CORREIA, *Lugares Dalém: Azemôr, Mazagão, Çafim*, Lisboa, Tipografia do Anuário Comercial, 1923, p. 80.

² Paul Antoine ÉVIN, «L'Architecture Portugaise au Maroc et le Style manuélin», *Bulletin des Études Portugaises*, Lisboa, Institut Français au Portugal, 1942.

A partir da década de 80 do século passado, o património edificado de origem portuguesa começa a aparecer resgatado do esquecimento e letargia em que tinha sido abandonado, depois de identificado e rotulado. Tendência protagonizada por Rafael Moreira³, com particular ênfase para a leitura transversal das arquitecturas militares detectadas e interpretadas à luz de uma lógica nacional e ultramarina. Os castelos e as fortalezas deixados pelos portugueses em Marrocos, provavelmente os legados edificados mais impressionantes, reclamavam agora o seu papel experimental e pioneiro de acordo com a evolução das técnicas militares. De referir ainda as grandes sistematizações cronológicas que Pedro Dias⁴ nos fornece, concentrando-se na história da produção arquitectónica – militar, civil, religiosa e mesmo doméstica – dos mais de três séculos e meio de presença lusa.

Urge, pois, referenciar um novo ponto de situação a um conhecimento mais actualizado dos vestígios espalhados pela costa marroquina, quer os repescados pela memória escrita ou visual, quer sobretudo os testemunhos físicos ainda existentes. Neste artigo, procuramos esclarecer algumas questões relacionadas com as dimensões da castelologia portuguesa na transição dos séculos XV para XVI. Mais concretamente, pretendemos reflectir e analisar as suas expressões na geografia do noroeste africano, numa altura em que a Expansão Portuguesa se implantava pelas costas africana e asiática através de inúmeros castelos costeiros.

O Norte de África, lido como um campo de experimentação no que à área da arquitectura militar diz respeito, como nos adianta Rafael Moreira, tem sido repetidamente invocado a propósito da clivagem entre as intervenções no eixo setentrional do território, marcado pelo risco e obras de Diogo Boytac e Francisco Danzilho, e o arco geográfico sul onde intervieram os irmãos e mestres Diogo e Francisco de Arruda. Importa, pois, acentuar a leitura vertical do percurso dessa herança edificada.

Todas essas dimensões devem igualmente ser compreendidas no contexto geral da presença portuguesa no Magrebe. Sumarie-se: nas cidades conquistadas pelos portugueses no Norte de África imperou uma atitude pragmática orientada para a sustentabilidade de praças de guerra isoladas em território hostil; operaram-se significativas reduções de perímetro e superfície das áreas ocupadas, num processo que se vulgarizou como *atalho*; decorrente de um espírito profundamente racional, esta técnica provocou um exame radical das cidades apropriadas, regularizando-as geometricamente,

³ Salientamos a importância dos capítulos «A época manuelina» e «A arte da guerra no Renascimento», ambos incluídos em Rafael MOREIRA (direcção), *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Lisboa, Alfa, 1989.

⁴ Pela primeira vez integrada em Pedro DIAS, *História da Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822). Espaço do Atlântico*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999, o capítulo de Marrocos ganha destaque editorial na sua adaptação para Pedro DIAS, *A Arquitectura dos Portugueses em Marrocos, 1415-1769*, Coimbra, Livraria Minerva Editora, 2000.

aproximando-as do canal marítimo, reequacionando a sua disposição interior e, por conseguinte, demarcando o estrato português até ao presente, no panorama das actuais cidades marroquinas; o impacto da chegada de um novo poder e de um novo credo implicou, por um lado, uma reavaliação do espaço construído e urbano, e, por outro, uma vontade de ruptura inerente a uma cultura arquitectónica e de cidade europeia, numa época em que para os conceitos e as práticas urbanísticas concorrerem a experiência de fundações de *vila novas* medievais e o espírito higienista renovador subjacente a uma modernidade que se anunciava.

A data de 1541 tem funcionado como verdadeira charneira da mudança artística sentida no Norte de África, subjacente à profunda alteração da política dos portugueses nestas latitudes. Nos nove anos seguintes, abandonaram praticamente todas as posições costeiras que detinham, investindo na fundação de uma vila em Mazagão e preservando apenas as cidades do Estreito de Gibraltar, Ceuta e Tânger, onde se iniciavam campanhas de modernização das suas fortificações. Deste modo, a evolução da arquitectura militar viu-se dividida em meados do século XVI entre o «antes» e o «depois», entre a tardo-medievalidade e o Renascimento. Neste texto debruçamo-nos sobre «o antes».

Contudo, e em primeiro lugar, este artigo propõe a introdução de um terceiro tempo – o tempo medieval – que consagre a todo o século XV, desde 1415, o protagonismo que merece. Considerado frequentemente o território ultramarino como geografia da experiência ou da vanguarda, aos reinos de Fez ou Marrocos (Marráquexe) subtraíram-se algumas aglomerações urbanas onde persistiu uma continuidade formal com a metrópole, ou seja, uma perpetuação de um saber-fazer profundamente medieval. Se o início das conquistas magrebina e das descobertas de novas terras abriu Portugal e a Europa ao Mundo, a exportação de arquitecturas encontrava nas diferentes tendências do modo gótico e expressões tardo-góticas a sua matriz emissora.

No entanto, face à estabilidade política de Portugal dentro das suas fronteiras ibéricas, o Magrebe oferecia um cenário de guerra e uma pressão beligerante quase sempre permanente. Esta circunstância empurrou a arquitectura militar a registar uma importante evolução do castelo e da cerca românico-gótica para os complexos acastelados do período manuelino, em que esta designação perde a conotação de «estilo» que se baseia exclusivamente na estrutura gótica para se gerar como uma proposição formal inovadora. Tratou-se de um momento de resposta, teste e actualização da construção defensiva.

Todavia, como toda a história da arquitectura portuguesa, também o tempo anterior à introdução da fortificação moderna no Norte de África não foi caracterizado por momentos estanques. De hesitações, sobreposições ou rupturas se conta a castelologia portuguesa e se lança o mote deste artigo.

2. O tempo medieval

Cercas ou cortinas amuralhadas

Apesar de falarmos de cercas ou cortinas amuralhadas nos primeiros tempos da presença portuguesa no Magrebe, e não propriamente de castelos, parece-nos relevante iniciar a discussão temática e cronológica por este capítulo das construções portuguesas nas margens meridionais do Estreito de Gibraltar. A cidade, fechada sobre si, voltada para o interior das muralhas, constituía o único e derradeiro bastião da defesa da ocupação lusa do território e, como tal, pode e deve ser entendida como uma unidade acastelada, numa primeira fase.

Os primeiros atalhos, introduzidos nas praças setentrionais, foram-se realizando ao longo do século XV. Depois da reforma de algumas fortificações necessárias à prevenção de um presente saído da crise de 1383-85, «o século XV não é, porém, um século de construção de fortaleza» lembra Rafael Moreira⁵. À luz do enquadramento magrebino, a construção de cercas urbanas permanecia um instrumento actual de resposta à persistência de um clima de vizinhança hostil em que se insistia no cerco como principal meio de reclamação das cidades perdidas pelo rei de Fez. Impunha-se a erecção de uma fronteira amuralhada que a edificação do atalho, bem como o restauro das muralhas islâmicas aproveitadas, consubstanciou formalmente nas cercas de Ceuta, Alcácer Ceguer, Tânger e Arzila, conquistadas entre 1415 e 1471. Não parece, todavia, que as cortinas defensivas destas praças acrescentassem muitas novidades em Quatrocentos. Pelo contrário, surgem em perfeita continuidade com a tradição construtiva militar que havia caracterizado o século anterior em Portugal. Assim, a história dos panos fortificados das cidades ou vilas africanas reflecte uma estagnação na evolução das arquitecturas militares praticadas em perímetros urbanos.

Alguns parâmetros convergentes ajudam a pôr em evidência os principais aspectos deste domínio construtivo nos reinados de D. Afonso V e seu sucessor, D. João II. Os novos troços são lineares, tendencialmente rectos, interrompidos em intervalos regulares e frequentes por torres circulares ou torreões semi-circulares. Excluída qualquer especulação sobre Arzila, uma vez renovado todo o atalho na época manuelina, e tendo em consideração que Ceuta representa uma adaptação das muralhas ocidental e oriental da medina muçulmana, é em Alcácer Ceguer e Tânger que se apreendem as características morfológicas da arquitectura destas cortinas. Os espaços medidos entre eixos de torres que definem segmentos de muralha variam entre os dezassete e dezoito metros de comprimento no primeiro caso e os

⁵ R. MOREIRA, *História das Fortificações...* cit., p. 71: «O século XV não é, porém, um século de construção de fortaleza. Revelando-se duradoira a paz com Castela, os interesses de Portugal voltam-se para além-mar; (...). No entanto, é no Norte de África que, a partir de 1415, as fortalezas exercerão em continuidade a sua função militar; (...)».

vinte e um e os vinte e três metros no segundo, isto é, distâncias apertadas que oscilavam entre as oito e as dez braças. Em Alcácer, as ruínas não permitem uma avaliação actual da altimetria da muralha circular. Porém, a crer numa correspondência de cérceas entre a muralha e o castelo, uma altura média de oito metros parece verosímil⁶. Oito metros que se confirmam num cálculo aproximado aos segmentos ocidentais do atalho de Tânger (Figura 1), em ambos os sectores da Porta do Campo, os mais antigos preservados dada a substituição proto-quinhentista da secção sul. Medida aparentemente constante, também patente na cerca fernandina de Lisboa, cerca de cem anos antes⁷.



Figura 1 – Tânger: muralha portuguesa ocidental.

Rodrigo Anes, nomeado mestre das obras dos lugares de África, em 1473⁸, surge plausivelmente como a principal personagem da reforma das cercas das cidades e vilas no último quartel do século XV. Os esforços afonsinos e joaninos empreenderam um exercício de equilíbrio entre o aprovei-

⁶ Altura resultante do confronto entre um levantamento artesanal, executado de acordo com o estado actual do campo arqueológico, e o levantamento registado pela *Inspection des Monuments Historiques* (IMHT) em 1960.

⁷ Augusto Vieira da SILVA, *A cerca fernandina de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal, 1948-49, p. 18.

⁸ IAN/TT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 33, fl. 211v, in FRANCISCO SOUSA VITERBO, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses* (Fac-simile da edição de 1899-1922), 3 vols., Lisboa, INCM, 1988, I, p. 40.

tamento de extensos segmentos muçulmanos e a nova construção militar protagonizada pelos atalhos. Nestas secções, a utilização passiva de seteiras para tiro de arco parece ainda ser a solução dominante, desconhecendo-se o rasgamento de troeiras para trons ou bombardas, apesar de se registar o seu emprego na castelologia portuguesa a partir de meados do século XV. Nos sectores remanescentes das muralhas oeste de Tânger há apenas a anotar o forte talude que acompanha a linha amuralhada⁹, sendo impossível idêntica detecção por entre as actuais ruínas de Alcácer.

Castelos e Torres de Menagem

Se, sob a coroa de D. Afonso V, o Norte de África tinha conhecido as grandes conquistas de Alcácer, Arzila e Tânger e ainda as investidas contra Anafé, já durante o reinado de D. João II, o interesse pelas possessões magrebina confrontar-se-ia com um crescimento da importância proveniente do descobrimento de cada vez mais terras sub-saarianas, com o clímax a ser atingido em 1488, com a dobragem do cabo da Boa Esperança.

No que a Tânger ainda diz respeito, as decisões de D. Afonso V podem ser classificadas conceptualmente como uma renovação estrutural, por um lado, e, por outro, como de representatividade formal, através de novos equipamentos que substituíram as antigas construções merínidas – castelo sobre *kasbah* (alcáçova) e catedral sobre mesquita maior. Importava impôr novos símbolos de poder e fé.

O mais importante edifício construído foi, sem dúvida, um castelo de raiz, de aparência tardo-medieval sobre a alcáçova islâmica. Através da gravura *Tingis Lusitanis Tangiara* de Braun¹⁰, pode apreciar-se um edifício alto, compacto e torreado, em grande parte cego num estrato inferior mas rasgado no superior, com cobertura telhada, que controlava Tânger desde o seu ponto mais elevado (Figura 2). A demolição da estrutura pré-existente parece óbvia.

O novo castelo português está morfologicamente próximo de outras construções tardo-góticas do norte de Portugal, como os paços ducais em Guimarães¹¹ ou em Barcelos, o desta cidade representado por Duarte

⁹ Todavia, julgamos pertinente um estudo atento de leitura de paramentos neste sector ainda delimitador da medina de Tânger para um esclarecimento cabal da situação, pois o crescimento urbano da cidade sobrepôs histórias e construções, encostou estruturas e derrubou vestígios.

¹⁰ Georg BRAUN, Frans HOGENBERG, Simon NOVELLANUS, *Civitates Orbis Terrarum*. Antuerpiae Coloniae: Apud Philippum Gallceum/Apud Auctores, 1572. (BNP – C.A.57v). A gravura reflecte, no caso de Tânger, a situação existente nos princípios de Quinhentos, isto é, antes das transformações formais nas arquitecturas da cidade, ocorridas na segunda metade desse século. A gravura constituirá, provavelmente, cópia de original com mais de meio século de existência.

¹¹ Salvarde-se na análise a invenção que o grande restauro da DGEMN (Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais), por meados do século XX, introduziu nas fachadas principal e nordeste cujos vestígios não ultrapassavam o primeiro piso, num edifício onde dominava a ruína.



Figura 2 – *Tingis, Lusitanis, Tangiara*, in Georg BRAUN, Frans HOGENBERG, Simon NOVELLANUS, *Civitates Orbis Terrarum*, 1572, fls. 56-56v.

d'Armas no seu *Livro das Fortalezas*¹². Ambas as gravuras (Georg Braun e Duarte d'Armas) exibem uma imagem arquitectónica resistente a uma libertação de uma simbólica medieval que, no caso de Tânger, adiava a partilha de um pensamento racional intrinsecamente ligado ao processo de atalho e ao seu impacto nas escalas urbana e militar. O castelo «de cima» de Tânger era um paço, conjunto palatino debruçado desde a curva de nível mais alta da cidade intramuros, símbolo político de afirmação, anúncio e vitória. Ocupava o ângulo sudeste da cerca do complexo acastelado, definida a norte e oeste pelas muralhas da cidade e a leste e sul por extensões que prolongavam os seus lados. Enquanto a secção nascente aparece incompleta na figura de Braun, o segmento meridional, não visível, seria pontuado por torreões circulares, cujas reminiscências podem ainda ser observadas na malha do actual bairro da *Kasbah*, sob a forma de uma torre transformada em forno público – *Hadj Tahar*.

Para a caracterização de um tempo medieval aparece também a quinhentista Torre de Menagem de Arzila, desfasada temporalmente. Foi a

¹² Duarte de ARMAS, *Livro das Fortalezas* (fac-simile do ms. 159 da Casa Forte do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo), Lisboa, Edições Inapa, 1997, fls. 116v-117.

primeira construção na era de Diogo Boytac. Pode identificar-se na gravura de Braun o edifício que hoje subsiste, fruto do restauro dos finais dos anos 80¹³ (Figura 3). Porém, as empreitadas dirigidas por Francisco Danzilho, entre 1511 e 1514, que seriam facilmente reconhecíveis nesta perspectiva através da remodelação dos diferentes baluartes das frentes ribeirinhas – Couraça, S. Francisco, Perna de Aranha, Praia ou Santa Cruz – não aparecem representadas pelo autor. Por conseguinte, a obra terá sido edificada durante a presença de Boytac na vila e sob directa supervisão do mesmo, entre 1509 e 1510¹⁴, num projecto que perpetuou as seguintes características: prisma rectangular exibindo forte alambor e aberturas nos dois pisos superiores; remate superior ritmado por ameias e merlões num balcão inter-



Figura 3 – Arzila, in Georg BRAUN, Frans HOGENBERG, Simon NOVELLANUS, *Civitates Orbis Terrarum*, 1572, fls. 56-56v.

¹³ ARZILA, *Torre de Menagem*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, pp. 55-87.

¹⁴ *Arquivo Histórico Português*, 11 vols., Lisboa, [S.n.], 1903-18, I, p. 365: «(...) Mandámos ora tomar a Diego de Alvarenga, cavaleiro da nossa casa, de todo o dinheiro e cousas que recebeo e despendeo nas obras da nossa villa de arzila, os annos de 509 e 510, em pagamento dos soldos da gente que na dita villa serviu, (...); e 10:000 rs. de mestre Butaqua; (...)».

rompido por matacões nos lados e guaritas circulares nos ângulos; cobertura inclinada em telha, distribuída em duas águas principais para os lados maiores do rectângulo. Como assinala Rafael Moreira¹⁵, a distribuição funcional do seu interior evolui da prisão no rés-do-chão cego, para uma sala de guarda no primeiro andar, terminando na sala de audiências do governador, a partir da qual e desde uma janela nobre, comunicava as ordens régias à população reunida no terreiro.

A torre de Arzila, sendo implantada em pleno século XVI, assegurava valores de ostentação régia, num período de vingança retórica, depois de ultrapassado o cerco de 1508. Em 1515, erguia-se o paradigma formal desta tipologia na barra do Tejo – a Torre de Belém –, uma implantação diversa do contexto inimigo e hostil do Norte de África. A aproximação ao conjunto salientava duas estruturas. À distância, era o volume edificado claramente medieval que sobressaía, para a uma escala mais próxima e atenta revelar todo o simbolismo dos elementos que a compunham. Em Arzila transportava-se a imagem da cidade para um universo de representatividade tardo-medieval tal como a torre de menagem do novo castelo de Tânger à cota baixa, construído sob D. João II, ainda no último quartel do século XV, esta porém já nitidamente inserida num complexo arquitectónico que preconizava novas valências de transição para a modernidade.

As expressões arquitectónicas «para-feudais», de forte carácter simbólico, exibindo uma linguagem de um tardo-gótico militarmente eloquente em estruturas erudita e vocacionalmente cavalheirescas, de corpos sólidos e despojados, prolongam-se e convivem com o pragmatismo que uma guerra sempre iminente ou presente impunha. Foram castelos e torres de uma propaganda régia que, num período em que a arquitectura militar e as técnicas de guerra hesitavam perante os novos paradigmas de resistência e ataque, se proclamava na segurança dos símbolos construídos ou esculpidos.

3. Ensaio de modernização

A importância de um castelo «de baixo» em Tânger para uma nova epistemologia da arte de construir para a guerra, para uma identificação do apelidado «estilo de transição» na arquitectura militar portuguesa, é central¹⁶. Apesar de uma tendência para dignificar a acrópole de Tânger, através do seu castelo de «cima» como vimos atrás, a cidade registaria alguns movimentos internos que reforçariam as posições junto à área portuária. Outro castelo foi construído sobre o porto, chamado Castelo Novo ou de Baixo, como que em oposição ao mais antigo existente no cimo da colina citadina. A existência deste castelo durante o reinado de D. João II (1481-1495) aparece descrita

¹⁵ ARZILA..., cit., p. 43.

¹⁶ Sobre este assunto confrontar: Pedro de Aboim Inglês CID, *A Torre de S. Sebastião da Caparica e a arquitectura militar do tempo de D. João II*, Lisboa, Edições Colibri, 2007, pp. 132-133.

como lugar de residência de um governador em fim de mandato em alternativa ao Castelo Velho ou de Cima, o qual tinha então forçosamente de abandonar¹⁷. O edifício situava-se a uma cota baixa da cidade, no sector nordeste, emergindo como uma estrutura defensiva e pragmática que assegurava, no limite, a protecção aos abastecimentos em caso de cerco.

Ainda a mesma fonte iconográfica produzida por Braun¹⁸ destaca este castelo, a par com o de cima, como as duas construções mais representativas de Tânger. Constava de uma torre quadrangular, coroada por um balcão com guaritas nos ângulos sobre o qual assentava uma estrutura de madeira de forte pendente, coberta por telha. O interior surgia subdividido em pelo menos dois estratos assinalados por janelões. Dominado pela torre, o castelo articulava uma série de panos amuralhados, cujas intersecções angulares apareciam resolvidas por torreões redondos. Abrigava no seu interior outras dependências cobertas por telhados e pontuadas por chaminés, de carácter manifestamente menos militar. Através de perspectivas posteriores, pode avaliar-se na gravura o complexo do Castelo Novo ou de Baixo inicial, todavia sem o abrigo para atiradores que existira sobre a torre de menagem. Esta assemelha-se tipologicamente à de Arzila e próxima de outras torres de castelos em Portugal, como Beja¹⁹.

A reconstituição global do Castelo Novo ou de Baixo, com a sua couraça, reclama da arqueologia urbana a estratigrafia correspondente a este período português. Esboçava uma planta tendencialmente pentagonal, com quatro dos cunhais marcadas por torreões circulares e o quinto coincidente com a torre de menagem. Um desses torreões está actualmente rodeado por habitações entre as ruas *Amsrak* e *Sania*, no bairro de *Dar Baroud*. A fachada marítima voltada para o porto encontrava-se acompanhada por uma barbacã de altimetria menos elevada, cujo prolongamento para sul era interrompido por uma torrela com passagem através de dois portais opostos, apresentando aduelas chanfradas nos seus arcos de volta inteira, hoje pertencente a habitação particular. Devido ao desnível do talude, a mesma suportava uma outra pertencente já aos amuralhamentos da cidade. Barbacã aquela que contornaria as restantes frentes do castelo, exibindo cubelos nos vértices. A perspectiva distendida que a gravura de Braun exhibe, típica da época e comparável à do castelo de S. Jorge da Mina²⁰, poderia

¹⁷ D. Fernando de MENEZES (Conde da Ericeira), *Historia de Tangere, que comprehende as noticias desde a sua primeira conquista ate a sua ruína*, Lisboa, Na Officina Ferreiriana, 1732, p. 45.

¹⁸ Figura 2. Ver nota 11.

¹⁹ As semelhanças formais revelam diferentes graus de erudição arquitectónica. Assentam, sobretudo, na utilização de uma defesa activa munida de balcões ameados e de varandas/matacões nos ângulos do caminho de ronda para tiro vertical. Acrescente-se que seria o próprio autor dos *Anais de Arzila* a sugerir tal comparação. Cf. Bernardo RODRIGUES, *Anais de Arzila: crónica inédita do séc. XVI* (Direcção de David Lopes), 2 vols., Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1915-19, I, p. 63.

²⁰ Em muitos aspectos, este castelo joanino assemelha-se ao de São Jorge da Mina, edificado em 1482 no Golfo da Guiné, principalmente ao nível da sua disposição marítima, pon-

fazer prever um castelo perfeitamente quadrangular, aspecto negado pelas representações cartográficas posteriores, onde a frente marítima apresenta sempre uma inflexão²¹.

A recente pressão imobiliária mascarou as principais linhas formais com que se desenhava o fosso que se abria em torno do castelo tangerino, mas algumas patologias construtivas ao nível das fundações têm sido detetadas em edifícios aparentemente localizados sobre a dita antiga vala, assim como diversos vestígios de provável zona de despejo do castelo, foram encontrados no seguimento daquela direcção²². A cava seria atravessada por ponte levadiça cujo portal viria a ser remodelado por André Rodrigues, decénios mais tarde²³.

4. O amadurecimento manuelino

Nódulos amuralhados: cubelos, cubos ou baluartes

A política de D. Manuel I, o monarca da transição para Quinhentos, trouxe ao Magrebe uma segunda campanha de atalhos, aplicados não só às mais recentes conquistas de Safim e Azamor, como também à remodelação formal de parte ou da totalidade dos muros de corte que haviam definido as fronteiras portuguesas neste território no século anterior.

Nas duas situações, as muralhas de atalho apresentam duas características transversais. Por um lado, do ponto de vista cronológico, todas as operações desenrolam-se num apertado intervalo de tempo, fosse pelas pressões do rei de Fez ou pela urgência de manutenção de tão preciosas conquistas abaixo do rio Oum er-Rbia. A distância geográfica vai trazer ao Norte de África mestres diferentes às duas zonas de intervenção, prontamente postos ao serviço das obras em África pelo monarca português. Por

tuada por torres circulares e pela torre de menagem quadrada e parcialmente acompanhada por barbacã. Consultar: John VOGT, *Portuguese Rule on the Golden Coast, 1469-1682*. Athens, The University of Georgia Press, 1979; R. MOREIRA, *História das Fortificações...* cit., pp. 103-108; J. Bato'Ora BALLONG-WEN-MEWUDA, «A Fortaleza de São Jorge da Mina», *Oceanos*, 28, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1996, pp. 27-39 e P. CID, *A Torre de Sebastião...* cit., pp. 129-130.

²¹ Destacamos desenhos em planta ou planta perspectivada do século XVII: *Tangier*, de 1661 (British Library – CXVII/80), *Description of Tanger*, de 1663 (Tangier American Legation Museum) e *Piano di Tanger situato nel str. Di Gibraltar* (Bibliothèque Nationale de France – Ge. CC. 1262).

²² Estas informações foram recolhidas junto da população local e proprietários das residências e referem-se, em particular, às casas que definem o gaveto entre a *Rue Sania* e beco adjacente.

²³ *Carta de André Rodrigues a D. João III*, Tânger – 8 de Agosto de 1546 (IAN/TT, Corpo Cronológico, parte I, maço 78, doc. 52), in F. SOUSA VITERBO, *Dicionário Histórico...* cit., II, p. 383: «(...) Tenho laurado hos três portaes – s – ho da cidade que serue përa fora e hos dous përa ho castelo nouo todos de cātarya (...)».

outro lado, praticamente todas as remodelações de troços de muro de atalho vão apresentar uma nova tipologia arquitectónica militar a esta região de implantação portuguesa: a muralha dentada. Inovação pré-abaluartada, aparece já aplicada nas muralhas de Vila Nova de Portimão em cerca de 1473²⁴, curiosamente o mesmo ano em que Rodrigo Anes surge à frente das obras militares magrebina, insistindo no modelo de cerca medieval e adiando, desta forma, a liderança do Norte de África como laboratório pioneiro de experiências inovadoras.

Ainda hoje é possível encontrar em Arzila as obras que Boytac traçou, Danzilho construiu e que o primeiro voltaria a medir em 1514, ficando as medidas registadas num auto²⁵. A muralha sudeste descreve três inflexões que, à excepção da mais setentrional, são assinaladas por baluartes ou cubos. Também em Tânger se regista a transformação da cortina linear em três troços interrompidos por dentes voltados no sentido ascendente da muralha. Tipologia repetida no arranjo coevo do novo Baluarte da Ribeira com o qual a cortina do atalho define o ângulo sudeste daquela praça portuguesa.

As intervenções dos irmãos Arruda utilizaram o mesmo dispositivo em Azamor, onde a nova cortina do atalho é quebrada sensivelmente a meio pelo Baluarte e Porta da Vila que descreve uma profunda inflexão no sentido onde dispõe duas bombardeiras para tiro rasante. Por fim, em Safim, a técnica é empregue apenas no atalho norte, no local onde hoje ziguezagueia o *Bordj Khazenet el Baroud*, cuja saliência permite varrer uma extensão ligeiramente superior a um hectómetro de muro. Nas restantes praças, os valores permitidos ao flanqueamento por estes autênticos dentes de serra amuralhados situam-se entre os cinquenta e os cem metros, um cálculo para um tiro com muito maior alcance que as seteiras verticais dos torreões semi-circulares dos primeiros atalhos, destinadas a arcos ou armas de fogo ligeiras.

A torre circular ou semicircular das cortinas de atalho, afonsinas ou joaninas, registou uma consistente evolução formal na transição de séculos, mas sobretudo nos princípios do século XVI. Como tal, são as apropriações, experiências e desenvolvimentos, introduzidos nas muralhas de três vilas – Alcácer, Arzila e Azamor – e da cidade de Safim, que concorrem para a caracterização da fortificação dos ângulos das novas estruturas lineares.

A nomenclatura das principais tipologias de pontuação dos lanços de muralha – cubelos, cubos ou baluartes – mistura-se e varia nas descrições internas das próprias campanhas de obras, denotando a ponte que o manual militar estabeleceria entre uma concepção medieval da arquitectura militar e a fortificação moderna. Tendencialmente, arrumar-se-iam cubos ou cubelos em morfologias cilíndricas, salientes em relação à cortina amura-

²⁴ R. MOREIRA, *História das Fortificações...* cit., p. 94.

²⁵ *Livro das medidas de Arzila, Alcácer, Ceuta e Tânger, feitas por mestre Boytac e Bastião Luiz em 1514*, in IAN/TT, Núcleo Antigo, n.º 769, fls. 60-71.

lhada, munidas de seteiras que permitissem linhas de tiro rasantes àquela e radiais para o exterior, e baluartes em plataformas pentagonais dimensionadas para artilharia de fogo²⁶. Porém, no período das remodelações dos muros de atalho, a realidade já classificava como baluartes as estruturas mais avançadas, apetrechadas por bocas de fogo de maior alcance, mas agarradas a formas ligadas a uma forte tradição de combate de proximidade. O emprego destas denominações baralha-se nos três primeiros lustros de Quinhentos desde os «cubellos» da couraça de Alcácer, em 1502²⁷, até ao «cubo da dita couraça», não da mesma vila mas de Arzila alguns anos mais tarde²⁸, onde antes já se chamava «baluarte» ao de Tambalalão²⁹, aquele que estabelecia a separação entre o velho muro árabe e o novo atalho. Alcançaria larga disseminação linguística nas obras realizadas por Danzilho na mesma vila e pelos Arrudas nas praças meridionais. São quatro as tipologias que predominam e que aqui sistematizamos:

1) tambor cilíndrico, semicircular ou ultrapassado em relação aos panos que nele se amarram, dependendo da sua colocação ao longo de um segmento ou num ângulo do perímetro, respectivamente; são exemplos: o Baluarte de S. Cristóvão, em Azamor (Figura 4), coroado por sistema para tiro mergulhante, semelhante à Torre da Boreja já alterada pelos portugueses em Mazagão³⁰; os baluartes do Tambalalão, da Vila ou de Santa Cruz e o cubo da couraça, em Arzila, erguidos por Danzilho sobre desenho boytaquiano; ou ainda o baluarte junto à Porta de Almedina, no atalho norte de Safim;

2) planta ultra-semicircular ou em U, que introduz um avanço para o exterior do tronco cilíndrico, conferindo-lhe maior acção na guarda e tiro; geralmente alamborado e marcado interiormente por um ou dois andares interiores para bombardas e superiormente por um parapeito vigilante por ameias e rasgado por seteiras para tiro de armas ligeiras, ergueu-se profusamente nos estaleiros dirigidos pelos Arruda: em Safim, presentemente os *Bordj Naceur* (Figura 5), *Boulkecita*, *Amestouki*, *Rouah* e *Khazenet el Baroud*, e também em Azamor, quer a meio do troço setentrional da vila, quer no extremo marítimo do novo atalho;

3) torreão prismático, cúbico ou paralelepípedo resultante do reforço das inflexões do desenho das muralhas de atalho; particularmente representativo é o Baluarte da Vila, charneira entre as vilas «nova» e «velha» de

²⁶ R. MOREIRA, *História das Fortificações...* cit., pp. 325 e 327.

²⁷ *Instruções a respeito das obras da vila de Alcácer Seguer*, Lisboa – 16 de Junho de 1502 e *Regimento a Pêro Vaaz que vay a Alcácer fazer as obras d'Alcacer*, Lisboa – 22 de Junho de 1502, in *AS GAVETAS da Torre do Tombo*, 12 vols., Lisboa, Centro de Estudos Ultramarinos da Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1960-1977, V, pp. 213-217.

²⁸ *Livro das medidas...*, fl. 70.

²⁹ B. RODRIGUES, *Anais de Arzila...* cit., I, pp. 11-12.

³⁰ O primeiro castelo de Mazagão, objecto de análise mais à frente neste artigo, foi também obra dos irmãos Diogo e Francisco de Arruda em 1514.



Figura 4 – Azamor: Baluarte de S. Cristóvão



Figura 5 – Safim: muralha sul, junto ao *Bordj Naceur*

Azamor, encontrando pares no baluarte/cubo de António da Fonseca, em Arzila, ou no actualmente designado *Bordj Sidi el Ghazi*, em Safim;

4) planta em L ou estrutura em forma de espátula que se destaca do contorno fortificado como uma verdadeira máquina de guerra, defendendo pontos nevrálgicos do perímetro murado, como a Porta de Ceuta, em Alcácer Ceguer, ou o sector noroeste de Azamor, na forma do Baluarte do Raio; diferindo ligeiramente no seu desenvolvimento formal, aqui mais composto e trabalhado, surge o Baluarte da Perna ou Pata de Aranha³¹ (Figura 6), que, juntamente com o Baluarte da Couraça, protagonizam um sistema activo de pinças para a defesa da muralha marítima de Arzila.



Figura 6 – Arzila: Baluarte da Perna de Aranha e Torre de Menagem

Desçamos para Safim para aí analisar desenvolvimentos particulares. Executadas com alguma celeridade as principais frentes do atalho e de arranjo do pré-existente³², quedavam, no entanto, por rematar as extremidades da cidade – o castelo, voltado para o *hinterland*, e o porto, sobre a praia. Urgia reparar a antiga *kasbah* moura, cujos muros ainda permaneciam em taipa, e propunha-se a construção de dois baluartes nos cunhais onde aquela se articulava com os arranques dos novos muros do atalho

³¹ Nos dias de hoje, este baluarte não revela a sua força original devido á sobreposição de um edifício escolar, bem como do avanço da plataforma ribeirinha.

³² *Carta de quitação de D. Manuel I referente a Nuno Gato*, Lisboa – 25 de Março de 1513: «(...) de todo o dinheiro e cousas que recebeu pera o fazimento dos muros dos atalhos e casas da feitoria, e pera todas as outras obras (...)» in *ARCHIVO Histórico...cit*, IV, p. 478.

português. A solução desenhava um castelo quadrangular, que substituisse a estrutura ancestral, e uma tipologia assimétrica, em que apenas a frente voltada para o campo exterior resultaria reforçada com cubelos e cava. Era imperioso que um castelo numa zona tão afastada da baixa da cidade se tornasse mais forte e resistente e, como tal, absorvesse uma guarnição menor. Apesar do impulso, ter-se-ia que esperar até 1540 para se atentar a conclusão de uma peça única das arquitecturas militares de Safim: o grande Baluarte da Alcáçova³³, hoje *Bordj Dar* (Figura 7).

Abandonada a ideia de um remate construtivo à imagem do castelo de baixo, insistindo numa repetição tipológica presente nas cortinas do atalho da cidade, o baluarte do Castelo de Cima impôs-se como último grito de uma cidade que fora incapaz de dominar Marrocos (Marráquexe). Tratava-se de uma estrutura em que apenas a escala desmesurada conseguiria esconder a sua condição obsoleta face ao gradual abandono da neurobalística da actividade militar. Apontado ao interior do território, a grande estrutura semi-circular alcançava, não obstante, um dos seus objectivos: o temor. Estaria engalanado por bandeiras pintadas com as armas reais e a cruz de Cristo, hasteadas acima da linha de guaritas, tal como acontecia nos baluartes de S. Cristóvão ou do Raio, em Azamor, onde o grande número de suportes ainda visíveis para o efeito demonstra bem a pompa pretendida.



Figura 7 – Safim: *Bordj Rouah* e *Bordj ed Dar*, antigo Baluarte da Alcáçova

Protagonista de um gesto tardio da arquitectura militar manuelina, o baluarte refinava-se no seu interior através de uma série de galerias radiais divergentes em direcção às bombardeiras, cobertas por abóbada de canhão³⁴.

³³ *Carta de D. Rodrigo de Castro a D. João III*, Safim – 24 de Junho de 1540 (IAN/TT, Corpo Cronológico, parte I, maço 67, doc. 110), in *LES SOURCES Inédites de l'Histoire du Maroc*, Première Série – Dynastie Sa'dienne, Archives et Bibliothèques de Portugal, Paris, 1948, III, pp. 248-250.

³⁴ Idem: «fazendosse d'abobada ffica a milhor peça que haverá antre Christãos, e elle soo he bastante pera defemder toda ha cidade».

Para o exterior, o pesado volume parece desfasado em relação às aberturas das suas bocas de fogo. Tiro também possível de ameias e guaritas, numa frente de terra em que se explorava o escudo real como marcação clara de uma fronteira de poder. O grande obreiro do Baluarte da Alcáçova parece ter sido Lourenço Argueiro, pelo menos na empreitada final, mas desconhecido até então.

O valor representativo deste baluarte coloca um problema sério de discordância formal em relação ao seu tempo. Quase em meados de Quinhentos, mais parece ser um exercício de actualização conceptual face às manifestações retóricas da torre de menagem de Arzila ou dos castelos de Tânger. Por tal, mereceria ser incluído num «tempo medieval» da construção portuguesa no Norte de África. Todavia, o sistema radial de tiro através de câmaras e corredores abobadados eleva a sua condição de torreão amuralhado para a de proto-baluarte fortificado, inserido na tipologia de tambor cilíndrico semicircular mencionada atrás.

Para o fim desta abordagem aos episódios formais que interrompem por reforço os perímetros amuralhados nas novas vilas e cidades portuguesas ficou um dispositivo arquitectónico indispensável à sustentabilidade dos complexos acastelados portugueses nesta região – a couraça³⁵. Não sendo um baluarte, representa-o sob a forma de prolongado braço fortificado sobre a água. Funcionando como quebra-mar, resguardo portuário ou defesa de porta, foi como espigão que se construiu na zona do albacar³⁶ de Ceuta, filtrando a entrada do canal da cava ocidental, ou se lançou sobre o mar a partir do cubo da couraça em Arzila, flectindo no sentido da vila. O conceito de couraça era mais denso e envolvia o levantamento de um torreão, geralmente circular e tido como bateria de fogo horizontal, na extremidade anfíbia para abastecimento, em caso de cerco terrestre, e plataforma de tiro avançado contra penetração inimiga no porto. A couraça de Tânger e a couraça voltada a sul de Ceuta demonstram a regra que em Alcácer Ceguer surge um pouco mais atavicamente como uma verdadeira porta para a metrópole, defendida por uma parelha de cubelos³⁷.

³⁵ Sobre couraças, consultar: Robert RICARD, «Couraça et coracha», *Al-Andalus*, XIX, Madrid-Granada, CSIC, 1954, pp. 150-172, e Carlos GOZALBES CRAVIOTO, «Las corachas portuguesas de Alcazarseguer», *Cuadernos de la Biblioteca Española de Tetuán*, 15, Tétuan, Imprenta Minerva, 1977, pp. 49-57, ou ainda o mesmo autor em «Las corachas hispano musulmanas de Ceuta», *Al Qantara*, I, Madrid, Raycar S.A., 1980, pp. 365-383.

³⁶ Albacar: do árabe *baqar*; local onde se guardava o gado bovino à noite ou se recolhia em caso de ataque inimigo.

³⁷ A propósito deste tema de dupla porta artilhada, ver: P. CID, *A Torre de S. Sebastião...* cit., pp. 126-128.

O programa de novos castelos

Se, por um lado, as morfologias relacionadas com as arquitecturas militares praticadas no lançamento de cortinas amuralhadas e na sua pontuação por novos baluartes revelam importantes indícios de pioneirismo, inerentes a um contexto político capaz de responder às mudanças experimentais que se operavam na transição de séculos, mas sobretudo nos primeiros decénios do século XVI, por outro lado, a fixação em imagens atávicas relacionadas com construção de castelos e erecção de algumas torres de menagem sugere resistências ao abandono de simbólicas ultrapassadas.

O encastelamento por novas edificações ou adaptação das existentes constituiu, a par do atalho, um dos principais instrumentos de implantação da cidade portuguesa no Norte de África. Pelo castelo passava a afirmação de um novo poder em enclaves no território inimigo, nos muros do qual se ostentavam as armas da coroa, símbolo de um domínio português ousadamente subtraído a Fez, Marrocos ou Sus. No castelo revia-se uma mole de moradores em terra estranha que identificava aquele reduto como salvguarda defensiva da cidade ou vila adjacente.

A pequena fortaleza de Ben Mirao³⁸, situada entre Santa Cruz do Cabo de Guer e o próprio cabo, inaugurava uma estratégia de implantação que viria a ser adoptada pela coroa portuguesa em latitudes meridionais da esfera magrebina e que se caracterizava pela construção de castelos satélites de apoio às ocupações urbanas realizadas por conquista. O mesmo estratagema pode igualmente ser lido na costa setentrional, na qual a posse portuguesa das vilas de Alcácer Ceguer e Arzila funcionava como auxílio às cidades de Ceuta e Tânger, respectivamente.

O Castelo do Mar em Safim não aparece como uma novidade nos pontos da costa africana que os portugueses tocaram. Pelo contrário, insere-se num programa vasto que de 1506 a 1519 dava início às empreitadas de quatro castelos quadrados nas costas da Duquela e Abda. O modelo teórico parece ter sido aplicado em Azamor, onde o atalho definiu um quadrângulo no topo norte da medina islâmica. O castelo coincide com a própria vila que se veio a traçar no seu interior. Tais proporções generosas não se verificariam nos castelos edificados para sul pela seguinte ordem cronológica: Mogador, Mazagão, Safim e Aguz. Se Safim correspondia a um reforço militar do porto, os restantes três castelos englobavam-se num investimento fundacional de entrepostos fortificados que, juntamente com Ben Mirao e Santa Cruz do Cabo de Guer, ensaiavam uma presença mais perene por estas latitudes do que as desastrosas e fugazes tentativas da Graciosa e Mamora o haviam feito a norte. Passemos em revista os quatro principais estaleiros.

³⁸ Jorge CORREIA, «Notícia do castelo português de Ben Mirao», *Revista de História da Arte*, 2, Lisboa: Instituto de História da Arte – FCSH – UNL, 2006, pp. 227-230.

Castelo Real ou Mogador

Em 1506, D. Manuel I colocava Diogo de Azambuja no comando de uma nova empresa fundacional na costa atlântica: a construção de um castelo no sítio de Mogador denominado Castelo Real³⁹, depois de já ter capitaneado os planos que levaram ao levantamento do castelo de S. Jorge da Mina. A implantação correcta coloca a fundação do castelo português sobre o promontório setentrional que define a baía. Seguindo um plano de trabalhos normal, o castelo ter-se-á edificado em pedra a partir de um primeiro estabelecimento cercado em madeira. No ano seguinte é dado como acabado em carta de quitação de D. Manuel I⁴⁰.

Pouco mais de quatro anos detiveram os portugueses o castelo em suas mãos uma vez que, em finais de 1510, as tribos locais apoderaram-se da fortaleza em circunstâncias desconhecidas⁴¹. Hoje nada resta do edifício português. Todas as indicações que nos chegam acerca da implantação e forma do castelo são posteriores ao seu abandono.

Tão curto período conduziu a um processo de fácil apropriação, desmantelamento e destruição do castelo português *a posteriori*. Uma descrição de 1631 confirma a presença de um castelo forte, sublinhando a sua dimensão reduzida e o seu fraco estado de conservação⁴². Uma planta cartográfica dos anos sessenta do século XVIII aponta ainda o *château* português no local onde actualmente se abre o porto de pesca de Essaouira⁴³. Este desenho regista a situação imediatamente antes da intervenção de Théodore Cornut, contratado pelo sultão alauíta para o projecto de uma nova cidade e porto de Mogador em 1764. O arquitecto francês chega mesmo a legendar nos seus projectos o antigo castelo construído pelos portugueses, classificando-o como abandonado e em ruína, adiantando, porém, a sua conformação em quatro faces constituídas por muros de seis palmos de espessura⁴⁴.

³⁹ *ALGUNS Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo, acerca das navegações e conquistas portuguesas*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa/Imprensa Nacional, 1892, p. 149. Sobre as confusões acerca da localização do Castelo Real, que o remetem para Mazagão ou para a ilha de Mogador, consultar o esclarecimento: *LES SOURCES...* cit., 1934, I, pp. 120-121.

⁴⁰ *ARCHIVO Histórico...* cit., III, pp. 472-473.

⁴¹ *LES SOURCES...* cit., pp. 125-126.

⁴² *Relation du royaume de Marocque et des villes qui en dependent*, 1631, in *LES SOURCES Inédites de l'Histoire du Maroc*, Première Série – Dynastie Sa'dienne, Archives et Bibliothèques de France, Paris, 1911, III, p. 361.

⁴³ *Isle de Mogador ses mouillages et son port* – Jacques-Nicolas Bellin – ca. 1760 (BNF – Ge DD 2987-8082).

⁴⁴ *LES SOURCES Inédites de l'Histoire du Maroc*, Première Série – Dynastie Sa'dienne, Archives et Bibliothèques de Portugal, Paris, 1934, I, p. 122.

Castelo de Mazagão

Passando um pouco à revelia dos indícios ou episódios que preenchem os antecedentes da efectiva implantação portuguesa neste ponto da costa magrebina, só em 1513, no seguimento da conquista da cidade vizinha de Azamor, se tomou a decisão da construção de um forte, erguido por Diogo e Francisco de Arruda, no ano seguinte⁴⁵. O duque de Bragança, na refrega da tomada de Azamor, pretendia estabelecer em Mazagão um baluarte avançado da praça azamorenses com capacidade de armazenamento no seu interior e para defesa das excelentes condições portuárias da baía⁴⁶. A obra de Mazagão haveria de avançar assim que Azamor oferecesse condições de segurança suficientes para se bastar a si e à empreitada a iniciar-se três léguas para sul.

Os trabalhos de Mazagão lançaram, então, uma planta quadrangular com cortinas a unir os quatro baluartes cilíndricos que compunham o edifício. Excluindo os torreões que intersectam a quadra nos ângulos, o castelo insere-se num quadrado de sensivelmente dezoito braças de lado pelo exterior. Ainda hoje é possível perceber o castelo original, extraindo-o das dependências que o foram preenchendo ao longo das décadas seguintes, sobretudo após a grande remodelação de 1541. Os quatro grossos muros eram ameaçados, tal como os torreões, e apenas perfurados pela entrada original junto à torre sudeste, voltada para Azamor. Esta torre, denominada *al Boraydja*, uma atalaia pertencente a uma rede de postos de vigia costeiros, actualmente identificada com a Torre da (Al)Boreja do castelejo português, destacava-se pelo coroamento semelhante aos dos baluartes de S. Cristóvão e do Raio, em Azamor. Presentemente, a sempre lendária Torre da Boreja é uma híbrida e recente estrutura de betão e tijolo. Também comum a todos os baluartes era a sua distribuição vertical por dois pisos sob uma plataforma superior, munidos de bocas horizontais de bombardeiras para tiro radial (Figura 8).

A conclusão do castelo foi bastante célere ao invés da lenta escavação do fosso que rodearia o castelo a uma profundidade de vinte palmos, todavia não terminado quatro anos mais tarde⁴⁷. O preenchimento do interior deste quadrilátero, nos decénios subsequentes, é discutível. Seriam estruturas de madeira que contornariam o perímetro intramuros para abrigo de cavalos e militares, numa primeira fase, mas que gradualmente foram recebendo funções relacionadas com a gestão de uma vila espontânea que começava a florescer extramuros.

⁴⁵ Sobre este tema, destacamos o texto de Rafael MOREIRA, *A Construção de Mazagão. Cartas inéditas 1541-1542*, Lisboa, IPPAR/CPML, 2001, pp. 31-36.

⁴⁶ *Carta do Duque de Bragança a D. Manuel I*, Azamor – 30 de Setembro de 1513 (IAN/TT, Corpo Cronológico, parte I, maço 13, doc. 62), in *LES SOURCES...* cit., pp. 438-442.

⁴⁷ *Carta de António Leite a D. Manuel I*, Mazagão – 22 de Julho de 1518 (IAN-TT, Corpo Cronológico, parte I, maço 23, doc. 85), in *LES SOURCES...* cit., 1939, II, Première partie, pp. 202-203.



Figura 8 – Mazagão: ruínas de torre do antigo castelo manuelino, designada Torre da Cegonha

Foi essa vila e castelo que João de Castilho, com Duarte Coelho, foi inspeccionar em 1529, numa missão integrada de avaliação das praças portuguesas no Norte de África⁴⁸. A iniciativa real desencadeou uma série de consultas à corte, constituindo-se como o prenúncio da grande intervenção de remodelação operada em Mazagão, transformando-a numa vila-fortaleza segundo um projecto de ruptura epistemológica com a tradição arquitectónica, militar e urbana. A queda de Santa Cruz do Cabo de Gué em 1541 determinou o arranque da empresa que fez do fortim manuelino o epicentro de uma operação que permitiria manter Mazagão em mãos portuguesas até 1769, invertendo a sentença traçada para a maioria das possessões lusas desta costa.

Castelo do Mar em Safim

Pelos mesmos anos, cerca de trinta léguas para sul, impunha-se um castelo sobre a calheta, que providenciasse a defesa do porto e do comércio mercantil de Safim. A ideia de um «castelo de baixo» que reflectisse as fun-

⁴⁸ Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, 2 vols., Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1951-54, II, p. 85.

ções pelas quais a praça era economicamente vantajosa, situado junto à via marítima que comunicava com a metrópole, relegando o estatuto simbólico de poder e de lança contra o infiel para o Castelo de Cima, na direcção de Marrocos (Marráquexe), aparecia solicitado pela primeira vez ao monarca português em 1515, vindo as obras a começar um par de anos mais tarde⁴⁹.

À frente das obras da cidade surge, a partir de 1513, João Luís em substituição de Diogo de Arruda, partido para Azamor e Mazagão. Pedreiro e morador em Safim, manteve-se no cargo até 1524⁵⁰. Viria a ser o supervisor do estaleiro do Castelo do Mar cujo projecto poderá muito bem ter herdado das mãos de Arruda⁵¹. Tratava-se de um complexo edificado, inscrito numa planta que desenha um quadrado imperfeito de sensivelmente quarenta e cinco metros de lado. O regimento da obra de 1517, cuja descrição pormenorizada atesta a preservação até à actualidade de algumas das estruturas fortificadas⁵², permite comprovar as suas principais características (Figura 9). Estando naturalmente defendido pela falésia do lado marítimo apresenta três soluções diferentes para a defesa dos ângulos e segmentos de terra: no cunhal nordeste, situa-se a porta principal do castelo aberta sobre a praia e protegida pela cidade – uma entrada em cotovelo, defendida pela imponente torre de menagem; a estrutura da entrada interrompia o alinhamento estabelecido entre a muralha meridional da cidade e o muro do castelo sobre a praia; desta torre quadrada era possível o controlo do termo sul da cidade, da praça de armas do castelo, da Porta de Guarniz e do tráfego portuário; sob esta torre, rasgavam-se também as janelas mais trabalhadas dos aposentos do castelo: para norte, a fachada de representação retórica para a praia, o grande «terreiro» da cidade, bem reforçada por uma fiada de bocas de fogo num estrato inferior saliente; para leste, o mesmo peso simbólico abria-se sobre o campo; o canto sudeste assinalava-se de forma mais tradicional, através de um baluarte cilíndrico, com um piso de bombardeiras imediatamente acima do forte alambor e outra superior à cota da amarração com o caminho de ronda; as bocas de fogo disparariam sobre o sertão e sobre os flancos; no topo do torreão, uma plataforma defendida por peitoril

⁴⁹ *Carta de D. Nuno de Mascarenhas a D. Manuel I*, Safim – 9 de Dezembro de 1516 (IAN/TT, Carta dos Governadores de África, n.º 37), in *LES SOURCES...* cit., II, Première Partie, pp. 47-49.

⁵⁰ F. SOUSA VITERBO, *Dicionário Histórico...* cit., II, p. 104.

⁵¹ Vergílio Correia e Robert Ricard atribuem a Diogo de Arruda todo o plano de fortificação de Safim e, por inerência, o projecto do Castelo do Mar, depois continuado pelos mestres sucessores. Cf. CORREIA, 1923, 80-83; Robert RICARD, «Sur la chronologie des fortifications portugaise d’Azemmour, Mazagan et Safi», in *Congresso do Mundo Português*, Lisboa, [S.n.], 1940, III, pp. 113-114. Rafael Moreira corrobora esta ideia, reforçando a sua criação numa fase mais tardia da arquitectura militar manuelina. Cf. R. MOREIRA, *História das Fortificações...* cit., p. 128.

⁵² *Regimento da obra do castello da cidade de Çafym*, Lisboa – 27 de Agosto de 1517 (IAN/TT, Núcleo Antigo, n.º 16, Leis e Regimentos de D. Manuel, fls. 20-22v), in Hélder CARITA, *Lisboa Manuelina e a formação dos modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999, pp. 232-234

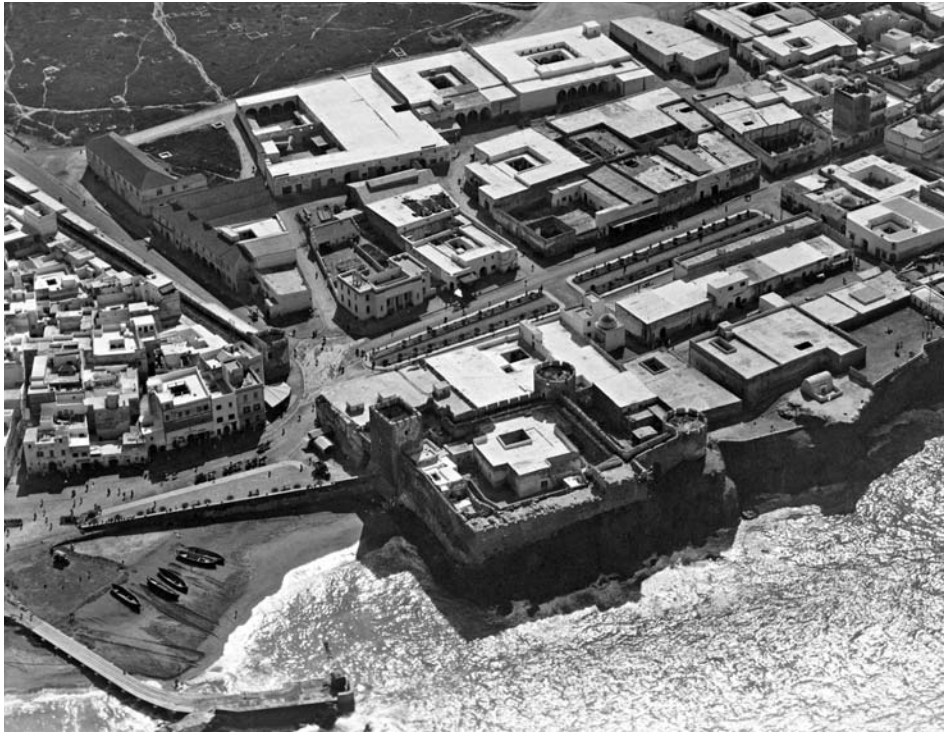


Figura 9 – Safim: vista aérea sobre o Castelo do Mar e área meridional da cidade, 1925
(Direction du Patrimoine Culturel – Ministère de la Culture et Communication, Marrocos)

ameado permitia o tiro picado; ainda, o cunhal sudoeste possuía uma extensão de um pano de muro à maneira de uma torre albarrã, com torreão cilíndrico na extremidade, rasgado por arco quebrado para permitir a inundação da cava com a maré-alta; este dispositivo possibilitava a defesa e resguardo da Porta da Traição do castelo situada do lado poente; finalmente, no interior do castelo erguiam-se as dependências de apoio portuário, directamente controladas pela administração cidadina – armazéns e celeiro, numa lógica de distribuição centrífuga onde ganhavam lugar de destaque as casas do alcaide-mor junto à torre de menagem.

Castelo de Aguz

A foz do rio Tensift, na margem direita do qual se ergue hoje a pequena povoação de Souira Qedima, foi, desde o estabelecimento português em Safim, cerca de vinte e cinco quilómetros a norte, um ponto costeiro cobijado por Portugal. Estava em causa um melhor controlo da fronteira entre as regiões de Duquela e Abda, bem como o favorecimento de um êxodo tribal do interior para o litoral, de Marrocos para a protecção e domínio portugueses. A resolução para a construção de um castelo de pedra e cal avançaria

a partir de 1519. D. Nuno de Mascarenhas propõe a D. Manuel I uma obra em Aguz, financiada pela coroa, mas organizada, orientada e defendida a partir de Safim⁵³. Do mesmo ano data a missiva de D. João Subtil, bispo da cidade, descrevendo o projecto para «(...) hum castelo muy grande que fica de duas partes cercado do mar (...)»⁵⁴ (Figura 10).



Figura 10 – Aguz: vista sul do castelo

Os vestígios que se encontram em Souira Qedima, cujos lados leste e sul foram recentemente restaurados, confirmam formalmente a descrição do bispo de Safim mas atestam uma redução para a metade exacta do plano inicial adiantado pelo bispo. Ao contrário das cento e trinta braças propostas⁵⁵, o perímetro da obra realizada regista apenas sessenta e cinco braças, excluindo obviamente os dois tambores dos baluartes. Trata-se de um castelo quadrado, com mais de trinta e cinco metros de lado, se tivermos em consideração os ângulos roubados pelos apenas dois baluartes cilíndricos dos ângulos noroeste e sudeste. Os muros são reforçados inferiormente por forte alambor que na esquina sudoeste funciona como pegão ou quebra-mar. A entrada efectuava-se pelo sector leste, ao abrigo do baluarte, para um interior que albergava as dependências logísticas, defendido por um adarve

⁵³ *Carta de D. Nuno de Mascarenhas a el-rei a respeito da obra de Aguz*, Safim – 22 de Maio de 1519, in *AS GAVETAS...* cit., X, pp. 80-82.

⁵⁴ *Carta do Bispo de Safim a D. Manuel I*, 11 de Agosto de 1519 (IAN/TT, Corpo Cronológico, parte I, maço 25, doc. 10), in *LES SOURCES...* cit., pp. 250-254.

⁵⁵ *Idem*: «(...) E dentro na agoa de maneira que em cxxx braças de parede de comprido (...) ser todo sobre hua pedra e as cxxx braças fica de sartam. (...)».

corrido colocado a trinta e nove palmos do solo, através do qual se acedia ao parapeito de seteiras e ameias. Os baluartes possuíam bocas de fogo radiais, incluindo varrimento dos flancos, capazes de alojar artilharia mais grossa. Em 1520, o castelo parece terminado pois o monarca português apresenta Duarte Fogaça como prior da igreja de um castelo de Aguz recém levantado e povoado⁵⁶. A história perde o seu rasto por volta de 1524 ou 1525, certamente sucumbida perante as ameaças permanentes e crescentes do xerife meridional. Mas o modelo parece ter permanecido no almanaque arquitectónico português, pelo paralelismo claro que estabelece com o castelo-artilheiro de Vila Viçosa⁵⁷.

5. Reflexão

O castelo formava, juntamente com a vila⁵⁸, um dos dois principais e incontornáveis sectores da composição da urbe portuguesa imposta sobre o conjunto urbano islâmico. Reflectindo a estruturação urbana muçulmana subdividida entre alcáçova e medina, excluindo o(s) arrabalde(s) por razões óbvias de contenção dimensional relacionadas com as operações de atalho, a cidade portuguesa admite no processo de apropriação as vantagens inerentes à manutenção de um equilíbrio civil e militar, concentrando no castelo a tarefa administrativa e residência do governador ou capitão, bem como a retórica da coroa. À excepção de Azamor, todos os estabelecimentos portugueses sobre medinas muçulmanas envolveram a formalização de pelo menos um castelo independente.

Os complexos acastelados constituíram uma das estruturas que mais mutabilidade registou numa perspectiva dialéctica e integrada da presença portuguesa neste território. Houve momentos em que no castelo se experimentavam as mais recentes técnicas de construção militar⁵⁹, permitindo

⁵⁶ *Cartas de apresentação para Duarte Fogaça*, Évora – 11 de Outubro de 1520 (IAN/TT, Chancelaria de D. Manuel I, livro 35, fl. 80 – cópia da época), in *LES SOURCES...* cit., pp. 280-282.

⁵⁷ Cf. R. MOREIRA, *História das Fortificações...* cit., pp. 132-133 e John BURY, «Benedetto da Ravena (c. 1485-1556)», in *A ARQUITECTURA Militar na Expansão Portuguesa*, Catálogo da Exposição, Lisboa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 1994, pp. 130-134.

⁵⁸ Neste contexto deve-se entender «vila» não como denominação de um estatuto municipal, por contraponto à cidade, esta então uma localidade sede de bispado, mas sim como parte «baixa» da cidade ou vila, área de concentração dos principais equipamentos públicos e religiosos, assim como do tecido residencial.

⁵⁹ Escasseiam ainda estudos que aprofundem comparações formais entre os castelos costeiros construídos pelos portugueses no Norte de África e os castelos de planície na metrópole, principalmente os alentejanos com os quais a presença do mestre Diogo de Arruda na região estabelece uma ponte directa, podendo mesmo vir a desenhar um interessante triângulo de redes de contacto e conhecimento científico em que o terceiro vértice se implanta em Itália, no último quartel do século XV, junto a Francesco di Giorgio Martini, entre outros. Cf. R. MOREIRA, *História das Fortificações...* cit., pp. 106-107.

perpetuar uma ocupação cada vez mais isolada, mas também houve períodos em que a sua evolução se deixou condicionar por elementos de representatividade ou por factores pragmáticos de adaptabilidade. Assim foi na primeira fase da apropriação das cidades conquistadas, como vimos atrás, independentemente do desfasamento temporal que se verifica entre todas as tomadas. As alcáçovas islâmicas, já denominadas por castelos durante o assalto português, adquiriram rapidamente esse estatuto, instalando-se aí o paço ou casa do governador ou capitão da praça.

O sentimento de renovação imperava e chegava mesmo a urgir em alguns casos em que se faziam sentir as insuficiências das arquitecturas aproveitadas face a uma envolvente diversa do passado que, entretanto, se tornara hostil. No entanto, na proximidade entre as praças setentrionais, todas vizinhas do ponto menos distante do reino, o Estreito de Gibraltar, poder-se-á ler uma política de construção do castelo semelhante a uma extensão do feudalismo enquanto modelo de ocupação das terras (re)conquistadas aos infiéis, articulando-se numa rede regional com vista ao estabelecimento de uma defesa concertada⁶⁰. O castelo afonsino de Tânger e a torre de menagem erguida em Arzila por Boytac, já durante a reforma manuelina, expressam visualmente a ideia. Sintomáticas de uma linguagem tardo-gótica, ambos os edifícios marcam irreversivelmente o *skyline* dos aglomerados onde se implantam, exportando referências conotadas com formas de residência mais que com equipamentos militares.

Consequência ou não da desarticulação registada entre imaginário e realidade, foi do norte que sopraram novas linhas para a construção de castelos. Se o Castelo Novo ou de Baixo, mandado erguer por D. João II sobre o porto de Tânger, insiste ainda numa representação iconográfica semelhante a Arzila, presa a um discurso medieval que se revia no seu congénere de Cima, por outro lado, oferece à baía não só uma frente de guerra passiva, através de uma exposição bélica de dois lados amuralhados, como também se amarra a uma couraça, máquina avançada para artilharia através de troneiras cruzetadas.

A vizinha Alcácer empreendia um programa semelhante apesar de consubstanciado morfologicamente de modo diverso. Dadas as reduzidas dimensões da vila, as obras passaram pela remodelação total da Porta do Mar, na qual se haviam instalado os aposentos do capitão até então, e o lançamento de uma nova couraça que funcionava como alavanca de todo o projecto. Surgiam novas plataformas de tiro de maior calibre, com a dotação de uma praça de armas (Baluarte da Praia) no castelo por Danzillo, ou ainda em Safim, onde um castelo de raiz foi levantado junto do porto – Castelo do Mar – o tal que Vergílio Correia apontara.

⁶⁰ João Gouveia MONTEIRO, *Os Castelos Portugueses dos finais da Idade Média. Presença, perfil, conservação, vigilância e comando*, Lisboa, Edições Colibri, 1999, p. 21.

A completa destruição do Castelo Real de Mogador impede a sua inclusão num painel comparativo de castelos quadrados. Todavia, terá formalmente introduzido um modelo simples de implantação de novos castelos portugueses na orla magrebina que viria a ser adoptado nos anos seguintes. Trata-se de um quadrângulo amuralhado, flanqueado, em todos ou em apenas alguns ângulos, por torreões ou baluartes cilíndricos e no interior do qual se distribuíam as dependências militares, civis e/ou religiosas.

O cruzamento escalar entre Mazagão, Safim e Aguz aproxima-os metricamente, sobretudo no que ao espaço livre interior, entre panos de muralha que unem baluartes cilíndricos, diz respeito. As conformações do perímetro exterior, variáveis pela existência de baluartes nos ângulos, portas ou cunhais simples, dificultam uma comparação segundo estes vectores. Assim, para o lado interior do quadrado, o intervalo de diferenças varia entre os trinta e um metros em Aguz e uma média de trinta e sete metros em Safim, passando por uns intermédios trinta e quatro metros para o primeiro castelejo de Mazagão. Também aqui não existiu uma regra de implantação rígida, porém a curta margem entre as catorze e dezassete braças denuncia um saber construtivo que coloca todos estes estaleiros perante um mesmo paradigma de edificação acastelada. Seguramente que Mogador não fugiria ao modelo uma vez que as descrições antigas dos seus vestígios concorrem para uma tipologia cujas constantes assentam sobre a planta quadrada, murada e alamborada dos quatro lados, reforçada nos ângulos por torreões cilíndricos perfurados por bombardeiras nos estratos inferiores e ligados por segmentos ameaçados e perfurados por seteiras. As variações registam-se ao nível da eliminação de baluartes e a sua substituição por arestas ortogonais, pontuadas ou não por guaritas, e no preenchimento do interior pelas dependências do castelo.

Nestas linhas se define o essencial do castelo manuelino de carácter marcadamente militar que na metrópole se suavizava nas formas mais habitacionais de Alvito ou Évoramonte, por exemplo. Uns decénios depois da sua «invenção», o forte costeiro fixava definitivamente a sua tipologia na planimetria quadrada com cubelos redondos nos seus vértices⁶¹. Devido à sua construção num contexto de apropriação de uma cidade pré-existente, o Castelo do Mar de Safim acrescenta uma outra variável – a da presença de uma torre quadrangular – desfasada das circunstâncias fundacionais de Mazagão e Aguz, estas mais austeras e que funcionariam como baluartes avançados de apoio às vizinhas Azamor e Safim, respectivamente. Persistia o tema da torre de menagem, porém depurada da carga simbólica que artilhava e decorava as torres dos enclaves setentrionais e complementada por outros sólidos baluartes, em semicírculo ultrapassado, inseridos num esquema global de planta quadrada. Contudo, a mesma torre pode ser lida numa perspectiva integrada com as restantes fundações manuelinas que

⁶¹ R. MOREIRA, *História das Fortificações...* cit., p. 106.

floresciam no Índico. A tipologia quadrangular aplicava-se na construção de novos castelos como o de Sofala, na costa oriental africana, ou o de Calecute, na Índia, onde o recinto aparece também assinalado por altaneira torre. Foi repetida e perpetuada durante todo o século XVI e até mesmo no seguinte, por vezes adaptada a recintos acastelados de perímetro triangular, actualizada na escala e renovada com novas bocas de fogo e poder artilheiro⁶².

Em Marrocos, algumas vezes a estratégia passara por uma dupla combinação de castelos. Por exemplo, Safim apostou em dois castelos, um reaproveitado e outro *ex novo*, para o governo e defesa da cidade, o mesmo se passando décadas antes em Tânger, correspondendo porventura a uma opção política de implantação de dois castelos onde a extensa mancha urbana se debatia com topografias de relevo acidentado. Em Santa Cruz do Cabo de Guer, onde o plano de fundação se empenhou apenas na cota baixa, negligenciando o acastelamento do ponto alto sobranceiro, a vila foi facilmente tomada pelo xerife do Sus. Dos erros se aprende e Alcácer Ceguer tentou, nos anos seguintes, remendar uma circunstância similar com a fortificação do Seinal, uma elevação sobranceira à vila, operação interrompida e suspensa no rescaldo da reavaliação da presença portuguesa no Norte de África entre 1541 e 1550. Depois de quatro evacuações, sobraram Ceuta e Tânger junto ao Estreito e a nova vila-fortaleza de Mazagão para contarem uma nova história de baluartes modernos, merlões de secção parabólica, de canhões; uma história que renova a audácia construtiva portuguesa além-mar perante os novos desafios da pirobalística.

⁶² Cf. José Manuel GARCIA, «Breve Roteiro das fortificações portuguesas no Estado da Índia», *Oceanos...* cit., pp. 121-126; Pedro DIAS, «As primeiras construções portuguesas na Costa Oriental da África e no Golfo Pérsico (1503-1515)», in *IV SIMPÓSIO Luso-Espanhol de História da Arte* (Actas), Coimbra, Instituto de História de Arte/Universidade de Coimbra, 1988, pp. 25-41.